



Carlos Mineiro Aires

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Entrevista conduzida por Fernando Barbosa, Durão Carvalho e Cátia Vilaça | Fotografia por Cátia Vilaça

“Hoje, pela dimensão que a atividade hospitalar e a atividade de Saúde atingiram neste país, devíamos ter uma especialização numa área que conseguisse ser um chapéu para todos os colegas.”

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros traça um perfil da organização que lidera desde maio, evidenciando as preocupações do seu mandato: dignificar a profissão de engenheiro, pugnar pela abertura de colégios e especializações onde possam ser encaixadas as engenharias emergentes e atrair jovens para a vida associativa. Sobre a Saúde, defende a criação de uma especialização transversal que acolha as diversas áreas do saber ligadas à engenharia em contexto de Saúde.

Tecnohospital (TH): Antes de presidir ao Conselho Diretivo da Região Sul, já tinha tido alguma participação na Ordem dos Engenheiros?

Carlos Mineiro Aires (CMA): Confesso que não fazia ideia do que era a estrutura da Ordem e a vida associativa, do mesmo modo que não fazia ideia de como me iria deixar embrenhar e apaixonar por isto. Efetivamente é um desafio para quem gosta de trabalhar em prol dos outros. Gosto muito daquilo que faço, sinto que estou a servir os outros mas não tinha experiências anteriores a essa, o que é bom porque quem chega de novo tem outro olhar e talvez isso me tenha permitido fazer mudanças na região sul e na visão da organização. Tenho uma visão completamente diferente sobre qual deve ser a postura da Ordem e isso só é possível a quem chega de novo.

TH: A Ordem sofreu, por via de uma lei, uma alteração estatutária. Hoje é possível haver sociedades de engenheiros associadas da Ordem, o que antes não existia. Houve mudanças na organização dos exames e posteriormente vem a criar-se uma Ordem dos Engenheiros Técnicos. Essas mudanças são consequência da alteração imposta?

CMA: A Lei 2/2013 estabelece o enquadramento de todas as associações profissionais. Essa lei é, supostamente, originada pelas imposições da Troika para o resgate. Na verdade, nunca acreditei nessa situação porque as ordens profissionais em Portugal têm uma história e um papel, e a Ordem dos Engenheiros pode orgulhar-se de nunca ter recebido um centimo do Estado. Substitui-se, no entanto, ao Estado ao regular diversos aspetos, nomeadamente na admissão, na qualificação ou no âmbito disciplinar. Essas funções são cumpridas à custa das quotas dos próprios associados.

Quando surgiu esta lei e a intenção de alterar os estatutos, nós pensávamos que íamos participar num processo dialogante e de alguma proximidade. É certo que houve diálogo com a Assembleia da República e o poder político, mas a decisão já estava tomada. Quando, mais tarde, somos confrontados com a versão final dos novos estatutos, apercebemo-nos de que muitas das preocupações que tentámos passar aos políticos não tinham sido acatadas. Não digo que os estatutos sejam maus, mas houve uma precipitação muito grande e uma forma atabalhoada de os fazer. Aliás, a origem das sociedades de engenheiros está na terminologia dos advogados. Não há sociedades de engenheiros ou são raras, existem, sim, empresas de engenharia. A pressa de fazer as coisas obrigou a plasmar nos estatutos de umas ordens os exemplos de outras. Mas não é só aí que estão os erros. Nós, na engenharia, sempre tivemos orientadores de estágios e a terminologia inicialmente adotada foi de patronos, algo nitidamente virado para advogados. Voltou-se também a um modelo que já não se via desde o

Estado Novo, que é a imposição de uma tutela administrativa. Agora temos um ministro a tutelar a Ordem, que é o Ministro das Infraestruturas e Planeamento. Não é muito vigilante nem interventivo mas somos obrigados a dar resposta e a pedir a homologação de alguns regulamentos, mas disso até não nos queixamos. Queixamo-nos é de uma coisa particularmente grave. Numa altura em que o futuro da engenharia é imprevisível, a Assembleia da República optou por barrar à Ordem a possibilidade de constituir novos colégios de especialidade. Continuamos com os 12 colégios que tínhamos, e neste momento as engenharias emergentes não têm colégios onde possam ser encaixadas. Não há um colégio de Aeronáutica, e os engenheiros aeronáuticos não se reveem num colégio de Mecânica. Também não há um colégio de Biomédica, e esses engenheiros não querem ser integrados num colégio de Química, Biológica, Eletrotécnica ou Informática, porque isso seria uma aberração.

Também não há um colégio virado para a Gestão Industrial e todos sabemos que muitos engenheiros acabam por ir parar à Gestão.

TH: Que implicações é que isso tem nos estágios?

CMA: A questão básica é mortal: a Ordem deixa de ser apelativa para essas pessoas. As pessoas não sabem para onde vão, nem querem entrar em colégios que não lhes digam nada. Depois, uma Ordem que quer organizar e regular tem de saber colocar os seus candidatos em gavetas. Neste momento está-se a desmotivar e a por em causa a capacidade de formação e de qualidade dos cursos em Portugal e está a desacreditar-se uma organização que merece todo o crédito, como é a Ordem dos Engenheiros.

Há ainda a questão acessória da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que considero pura e simplesmente bizarra. Admitir-se que num país pode haver duas Ordens numa mesma área de atividade, e que hoje podem admitir exatamente os mesmos profissionais, com as mesmas qualificações, é bizarro. Neste momento há duas profissões distintas na área da Engenharia – a de Engenheiro e a de Engenheiro Técnico, quando todos podem ter as mesmas habilitações e os mesmos cursos. Isto é absolutamente bizarro e inacreditável. O mais grave é que tudo isto tenha sido tratado nas nossas costas e que tenha havido uma decisão política, apesar de nos ter sido dito até à última hora que haveria outra solução. O tempo há de resolver este problema nem que seja por um simples facto: se toda a gente se pode inscrever na Ordem dos Engenheiros, então que se inscrevam. A Ordem dos Engenheiros, por muito que custe ouvir, é a referência da Engenharia em Portugal. Hoje não há razão nenhuma para que as pessoas não se inscrevam cá, a não ser que haja outras razões que passem por maior facilidade ou por questões de natureza da atividade profissional.

entrevista

TH: Considera que neste momento a coexistência das duas Ordens é uma redundância?

CMA: Uma redundância não é porque na Ordem dos Engenheiros estão os engenheiros de referência em Portugal. Eu não quero com isto dizer que na Ordem dos Engenheiros Técnicos não haja pessoas de elevada qualidade, mas os grandes engenheiros e os grandes projetistas são engenheiros inscritos na Ordem dos Engenheiros. Não se trata de elitismo ou de acharmos que somos melhores do que os outros, é um facto. Se procurarmos, na Ordem dos Engenheiros Técnicos, mestres ou pessoas com curso de cinco anos, encontramos meia dúzia. É bom que se saiba também que há muitos membros inscritos em ambas as Ordens, e conforme as conveniências vão a uma ou a outra, o que confirma ainda mais a bizzarria da situação que se vive em Portugal.

TH: As universidades formam engenheiros biomédicos mas depois muito poucos hospitais os contratam. O Centro Hospitalar Lisboa Norte é dos poucos que o fazem e os engenheiros que lá trabalham colocam a questão do seu enquadramento na Ordem. Ainda foi a anterior composição da Assembleia da República que aprovou esta lei. Talvez agora fosse possível fazer alguma alteração...

CMA: A questão tem a ver com alguma incoerência política e talvez desconhecimento de como as coisas são. Eu acho que, com a precipitação de querer aprovar simultaneamente uma série de estatutos, não houve tempo para pensar friamente. Aliás, quando saiu a Lei 2/2013 nós tivemos 60 dias para apresentar um projeto de alteração aos estatutos, que por sua vez tinha de ser aprovado em 60 dias, e a aprovação demorou dois anos e meio, portanto houve mais do que tempo para meditar e para fazer as coisas em condições. No entanto, tenho esperança de que algo possa mudar porque o ministro das Infraestruturas e Planeamento já pediu à Ordem uma proposta para alterar esse aspeto.

Com esta alteração, o Conselho Diretivo Nacional poderia apresentar propostas para criar novos colégios ou especializações. Depois, a Assembleia de Representantes da Ordem teria de validar a proposta, que por fim teria de ser homologada pelo ministro. É um circuito muito simples.

TH: Em tempos chegou a debater-se a criação de uma especialização em Engenharia Hospitalar. Também se tem falado de Engenharia de Saúde. Existe algum pensamento sobre isto neste momento?

CMA: Chegou a ser decidida a criação da especialização de Metrologia, decisão enviada à Assembleia da República. Por lapso, não foi oficializada e neste momento não existe nem pode ser criada. Se as coisas voltarem à razoabilidade, qualquer pessoa entende que quem regula tem de poder



criar colégios e especializações para acomodar as pessoas. Eu não defendo que venhamos a criar uma especialização para cada atividade, porque isso esgota as coisas, mas no setor hospitalar podemos ter opções transversais.

Estamos a falar da Biomedicina, da Gestão Hospitalar, da Informação e de toda a parte de instrumentação hospitalar. Podemos perfeitamente criar uma especialização transversal que abarque diversas áreas para podermos encaixar essas pessoas como futuros especialistas da Ordem, e depois ter subespecialistas em Biomédica, em Metrologia Hospitalar, em Climatização, etc.

TH: Não havendo, para já, nenhuma especialização, a Ordem colmata essa lacuna com ações de formação?

CMA: Estamos a tentar arranjar soluções intermédias que permitam não defraudar os interesses e as aspirações daqueles que não podem ser encaixados onde deviam. As soluções que tentamos arranjar são, obviamente, provisórias, mas que são a forma de contornarmos uma imposição absurda que até ao momento existe. Isso é a maneira de mostrarmos o nosso respeito pelos colegas que deviam ter outro tratamento dentro da Ordem.

TH: Chegou-se a dizer que a razão para não se criar a especialização em Engenharia de Saúde era a possibilidade de colidir com a Engenharia Sanitária, cuja especialização já existe, apesar de serem coisas completamente distintas.

CMA: Com todo o respeito que tenho pelos colegas que provavelmente tomaram a decisão, em termos de léxico, Sanitária e Saúde são coisas completamente distintas. A Sanitária estará sempre a montante dos problemas, a Saúde estará a jusante das consequências. São coisas completamente distintas e que não colidem. Hoje, pela dimensão que a atividade hospitalar e a atividade de Saúde atingiram neste país, devíamos ter uma especialização numa área que conseguisse ser um chapéu para todos os colegas.

TH: A Ordem é constituída por regiões, havendo também delegações distritais. Por outro lado há colégios e especializações. Há ações de formação que parecem ter os mesmos temas mas são promovidas por estruturas diferentes. Esta variedade de órgãos e competências dentro da Ordem é enriquecedora ou é um constrangimento?

CMA: Como alguém que chegou de novo, deparei-me com uma organização complexa. Estou cá há quase sete anos e ainda há aspetos que não conheço, embora poucos. Efetivamente é uma matriz muito complicada. É uma organização que pode parecer difícil de gerir, mas não o é, porque, no fundo, a principal organização da Ordem é regional. As regiões, por sua vez, têm delegações distritais, que são a "guarda avançada" da Ordem. Neste momento, todas as capitais de distrito, exceto na região Sul, têm delegações. As regiões têm organização regional e organização por colégios, além de uma assembleia, que é o conjunto de todos os membros que vivem na região. Isto pode parecer difícil de coordenar mas não é. As coisas funcionam, há uma representação territorial enormíssima e eu como Bastonário também não tenho grandes dificuldades em gerir a casa. Os problemas têm mais a ver com pessoas do que com a organização. Normalmente, em qualquer instituição, o litígio ou a quezília surgem mais do comportamento pessoal do que do comportamento da estrutura organizacional.

TH: As vantagens que se tiram deste tipo de organização, que é fazer participar muita gente, se calhar são maiores do que os inconvenientes...

CMA: São maiores, mas apesar disso há um défice de participação em

relação ao número total dos nossos membros na vida da Ordem. Temos tentado criar motivos aliciantes para as pessoas aderirem à Ordem. Há mais de um evento por dia, em média, e hoje até transmitimos os eventos mais importantes por *streaming*, para que as pessoas possam assistir. Além disso, temos meios de comunicação como a revista *Ingenium*, as *newsletters*, os emails, etc. antigamente diziam que não divulgávamos nada, agora dizem que os inundamos. Felizmente todos os meses entram para a Ordem muitos jovens. Apesar disso, essa representatividade não existe nas camadas etárias dos órgãos eleitos. Não sei se é por falta de apelo, mas temos de começar a envolver mais gente jovem nisto e tentar fazer com que os nossos membros se envolvam mais na vida diária da Ordem. Apesar de tudo, acho que a nossa Ordem está no bom caminho, dado que a participação nos eventos é boa. As salas estão normalmente cheias, ou seja, em termos proporcionais há uma boa adesão. Temos uma atividade grande na formação contínua e na procura de fazer eventos para manter as pessoas atualizadas. Estamos virados para assuntos importantes como a Indústria 4.0, que será o tema do congresso do próximo ano em Coimbra. A Ordem dos Engenheiros é uma Ordem moderna e atenta, e estamos virados para o futuro e para os jovens. Eles têm uma visão da vida que nós não temos. Na nossa altura procurávamos um empregador e eles agora procuram ser empreendedores. Há visões completamente diferentes do mundo e nós temos de ter essas visões aqui dentro.

TH: A Ordem fez recentemente 80 anos. Que análise faz destes 80 anos de vida?

CMA: Nós não fizemos 80 anos mas 147. A Ordem dos Engenheiros, em 1936, sucede a uma estrutura que era

a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, e não era porque fosse uma associação só de engenheiros civis mas por oposição à militar. Essa organização já tinha, na época, engenheiros eletrotécnicos, mecânicos, químicos, etc. Em 1936 há um decreto do Governo de então que cria o Sindicato dos Engenheiros, para efeitos estatutários, designado por Ordem dos Engenheiros, que era mais uma corporação do Estado Novo. Assinalámos o facto de termos passado a chamar-nos Ordem dos Engenheiros mas não assinalámos a nossa história de 147 anos. Durante as comemorações tivemos dois momentos muito distintos. Na sessão solene homenageámos os nossos membros conselheiros e atribuímos medalhas de ouro a personalidades nacionais e internacionais, como foi o caso de Luís Mira Amaral e da presidente da Sociedade Colombiana de Engenheiros, que tem ajudado os engenheiros portugueses.

Distinguimos, também, como membro honorário da Ordem, uma instituição de referência na Engenharia e na postura que é a Academia Militar. Acho que foi um momento importante para dignificar a imagem e o reconhecimento da Ordem. No jantar de gala, os colégios indicaram as empresas que, na sua área de atividade, mereciam um destaque especial, tendo sido entregue um prémio a cada uma. Foi uma maneira de homenagearmos empresas e instituições reconhecidas pelos seus serviços em prol da Engenharia ao longo destes 80 anos.

Foi ainda constituída a Federação das Associações de Engenharia dos Países de Língua Portuguesa. Neste momento, temos uma federação de todos os países que falam português e que têm associações de engenharia. Falta ainda, nesse conjunto, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, que não têm Ordem, e Timor, que está em vias de ter uma Ordem, que nós estamos a ajudar a

formar. Se conseguirmos fechar esse conjunto, vamos ter uma federação para que a engenharia lusófona fale a uma só voz.

Destaco, de modo particular, a atribuição do título de membro honorário ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil, o CONFEA. Havia um obstáculo legal à entrada de engenheiros portugueses no Brasil, que é a necessidade do reconhecimento do curso. Um engenheiro brasileiro que tire um curso em Portugal, quando chega ao Brasil defronta-se com um problema igual ao de um português que vá para lá: tendo tirado um curso no estrangeiro, tem de obter equivalência no Brasil. Era esse o grande obstáculo. O caminho era tortuoso, já que o reconhecimento de um curso demorava anos. Conseguimos arranjar um regime de exceção reconhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro,

TH: Quais vão ser os desígnios da Federação e que tipo de parcerias vai ser estabelecido ao seu abrigo?

CMA: Já existe uma estrutura parecida, que é a Federação de Países de Língua Portuguesa e Castelhana, mas faltava uma de língua portuguesa apenas. Nós podemos falar a uma só voz, conforme acontece já um pouco aqui na Península. Nós e os colegas espanhóis, em algumas áreas, falamos a uma só voz e concertamo-nos para posturas internacionais. É necessário que Portugal, o Brasil e os outros países de língua portuguesa tenham uma "casa" onde se encontrem e uma voz única para falarem em torno da Engenharia, para terem representatividade em organizações internacionais, para se poderem afirmar e estabelecer ações de cooperação. Não é uma organização com fins comerciais, mas é, certamente, uma organização com fins de cooperação que visa interesses comuns.

membros sabem dar respostas ao futuro, pelo que a formação contínua é um aspeto que nos preocupa muito, bem como a regulação da profissão, e aqui falo também do desprestígio que a profissão tem vindo a sofrer. Se olharmos para os salários e as condições oferecidas nas mais diversas áreas temos de convir que existem razões de queixa. Queremos pugnar para que os nossos colegas desempenhem a profissão com dignidade, que seja uma profissão condignamente remunerada e não seja o fim da cadeia a pagar toda a desvalorização e toda a desresponsabilização que tem havido neste mercado. Outro aspeto importante é o respeito pela Ordem e pelos profissionais. A minha visão é a de um Bastonário de todas as engenharias. Esta Ordem é muitas vezes acusada de estar só virada para a Engenharia Civil, mas comigo não é assim. No entanto, é necessário resolver o problema de um grupo de engenheiros civis que podiam fazer projetos de Arquitetura (estamos a falar de 200 a 300 pessoas) ao abrigo de uma diretiva comunitária que abre um regime de exceção para estes profissionais, diretiva essa que o Governo português não transpôs. Neste momento, o Estado português tem uma queixa na Comissão Europeia e o provedor de Justiça emitiu dois pareceres, pelo que esperamos que o assunto tenha solução senão iremos apresentar uma queixa em Bruxelas contra o Estado português. Isto é um exemplo de violação grosseira dos direitos dos engenheiros, que lhes foram sonogados mas foram dados aos arquitetos. Os arquitetos hoje podem fazer atos de engenharia que antes lhes estavam vedados, enquanto aos engenheiros tiraram qualquer possibilidade de fazer algo que

"Queremos pugnar para que os nossos colegas desempenhem a profissão com dignidade(...)"

ao abrigo do qual quem estiver inscrito e for profissional em Portugal pode exercer no Brasil e quem estiver inscrito e for profissional no Brasil, no sistema CONFEA, pode também exercer em Portugal desde que existam motivos de aceitação recíproca. Eles só reconhecem cursos com cinco anos e nós também só reconhecemos cursos com cinco anos. Considerámos que, devido ao esforço desenvolvido pela parte brasileira para arranjar uma solução, o CONFEA também merecia ser membro honorário da Ordem e, segundo anunciaram, brevemente a Ordem também há de ser membro honorário no Brasil.

TH: Tomou posse em maio, para um mandato de três anos. Neste período, o que se propõe executar?

CMA: Eu tenho uma grande preocupação de arrumar a casa. A Ordem tem desafios e realidades novas que requerem a sua adaptação para poder dar resposta. E isso é natural, visto dedicar-se a uma área de atividade que está em permanente mutação. Já tínhamos iniciado um trabalho anteriormente nesse aspeto. Hoje temos condições para que as pessoas possam comunicar com a sua Ordem a partir de casa, e com um computador fazer tudo. Também queremos que a Ordem seja um meio de garantir que os

tivesse a ver com Arquitetura. Outra coisa muito importante é o ensino da Engenharia. Temos uma proximidade muito grande às escolas, às associações académicas e a todo o circuito do ensino. Nós também queremos que a qualificação dos colegas se mantenha, pelo que temos de manter a pressão da parte internacional, que é fulcral, não só pela internacionalização mas, também, pela exportação. Neste momento somos exportadores de serviços de engenharia e também nos estamos a internacionalizar. São áreas essenciais para que possamos produzir riqueza. Depois, há a questão da mudança do paradigma na Engenharia. Obviamente que quando temos um país com as infraestruturas tecnológicas que vemos e com quadros formados nas condições que temos, só podemos concluir que o nosso país é muito competitivo. Assim sendo, temos de ter condições para fixar pessoas e para lhes dar oportunidade de serem inovadoras e entrarem nos mercados com marcas e produtos que permitam gerar riqueza.

TH: Uma das atribuições da Ordem é contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros. Podia caber aqui alguma intervenção da Ordem perante o Governo na tentativa de criação de uma carreira própria na área pública?

CMA: Essa situação já existe mas não está regulamentada. Um país que desmantela a administração pública, exaure quadros e os deixa envelhecer, enfraquece-se a ele mesmo. Hoje não existem carreiras nenhuma, mas, mais grave do que isso, é a desconsideração que existe. Qualquer pessoa que tenha uma licenciatura pré-Bolonha vai a um concurso para lugares públicos nas mesmas condições em que

vai um licenciado com três anos de curso. Eu acho que isso é a desconsideração maior que podem fazer a alguém, e temos alertado para esse facto. O mais engraçado é que, no estatuto, começa-se por dizer que os licenciados pré-Bolonha são equiparados a mestres... Em Espanha corrigiram a situação em 2014. O Governo tem de olhar para os bons exemplos e repor a igualdade. Quem tem cursos de cinco e seis anos deve estar equiparado aos indivíduos que têm mestrado. Quanto às carreiras, o que interessava era acabar com elas. Havendo carreiras, a diferenciação ia ser ainda mais quezilhenta. Por outro lado, lugares públicos de alguma importância têm sido paulatinamente ocupados por pessoas que não têm qualificações para o efeito. Lugares que deviam ser unicamente ocupados por engenheiros ou pessoas com formação ligada ao conhecimento em determinadas áreas são hoje ocupados por licenciados em Direito, psicólogos ou filósofos porque o que comanda esses processos são os interesses partidários e não os interesses reais do país.

TH: Uma das últimas edições da Ingenium, ainda no tempo do anterior Bastonário, foi dedicada à Engenharia da Saúde. Mantém a disponibilidade para tratar estes temas e eventualmente criar uma especialização em Engenharia da Saúde?

CMA: Quando houver oportunidade, a Saúde voltará à discussão. É obviamente um assunto muito importante, transversal e que cria emprego na área. É uma fileira. Não só temos disponibilidade para retomar este assunto quando for oportuno, como temos toda a disponibilidade para organizar uma conferência sobre a Engenharia na

área da Saúde. Fica aqui o desafio, até porque retiramos toda a vantagem em fazer este tipo de ação conjunta, não só aqui em Lisboa como em outros locais do país.



Carlos Mineiro Aires é licenciado em Engenharia Civil. O seu percurso esteve sempre ligado à área do Ambiente, em particular à Água. Foi presidente do Instituto da Água e Diretor do Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril, um trabalho de que se orgulha particularmente por lhe ter permitido uma ação direta na limpeza das praias da região. Após uma incursão pelo Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, regressou ao sector da água, no grupo Águas de Portugal. Foi Presidente do Conselho Diretivo da Região Sul antes de ser eleito Bastonário da Ordem dos Engenheiros, em abril de 2016.



ID: 67569089

01-11-2016

Pluriemprego médico . Formação . Espiritualidade organizacional e capital psicológico . Subcontratação

**entrevista****Carlos Mineiro Aires**